

Trajetória industrial e desenvolvimento econômico: dilemas do processo de especialização primária da economia brasileira

José Raimundo Barreto Trindade*

Paul Cooney*

Wesley Pereira de Oliveira**

Resumo

Este artigo contribui com o debate posto sobre a base evolutiva da pauta exportadora brasileira e a oscilante trajetória da indústria nacional, para tal realiza-se análise da economia nacional das últimas duas décadas, centrado no questionamento do por que da ausência de política industrial e as possíveis consequências de um novo impasse de “estrangulamento externo” da economia brasileira, isso desde um aporte teórico estruturalista. Inicialmente retorna-se ao modelo de substituição de importações, centrando especialmente em aspectos da evolução produtiva e das relações salariais, aspectos que consideramos importante para a compreensão do Brasil atual; em seguida abordam-se as importantes alterações ocorridas na década de 90, fundadas no modelo neoliberal e de desregulamentação financeira global; após faz-se breve imersão na primeira década deste século, analisando o perfil que a economia brasileira assume e, destacadamente, suas repercussões em termos mundiais; finalmente analisa-se especificamente a balança comercial brasileira, ressaltando os limites restringidos do seu crescimento e as contraditórias condições de expansão, porém sem ruptura dos fatores que podem levar a novo “estrangulamento externo”.

Palavras-chave: Brasil. Economia primário-exportadora. Indústria. Desenvolvimento. Desindustrialização.

Abstract

This article aims to contribute to the discussion about the dynamic of Brazilian exports and its fluctuating trajectory of national industrial. To achieve it, the Brazilian economy is analyzed for the last two decades asking about the absence of industrial policy and its possible consequences of a new obstacle of "external restriction" using a structuralist approach. Initially we return to the import-substitution model focusing on the evolution of production and labor relations aspects, which are issues that we consider important to the understanding the current Brazilian economy. After that, is taking in account some relevant changes in the 90's, which was constructed on the neoliberal model and deregulation of global financial foundation. Finally, we analyze the Brazilian trade

* Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA). Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná, Brasil (UFPR). Telefone: (5591) 8815-8455. Email: jrtrindade@uol.com.br.

* Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA). Doutor em Economia pela UNY. Email: pcooney@ufpa.br.

*** Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará, Brasil (PPGE/UFPA). Doutorando em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Telefone: (5561) 8206-8904. Email: wpoeconomia@yahoo.com.br.

balance, emphasizing restrictions of its growth and contradictory conditions extension, but clearly without rupture of the factors that could lead to a new "external restriction".

Key Words: Brazil. Primary-export economy. Industry. Development.

1. INTRODUÇÃO

A trajetória histórica da economia brasileira se apresenta pontuada por uma dinâmica fortemente influenciada pelo setor externo da economia, o que também está presente nas demais economias latino-americanas, porém a diversificação setorial produtiva e uma crescente maior participação do PIB brasileiro em relação ao PIB mundial foi uma marca diferenciadora ao longo das últimas décadas.

Seguindo o raciocínio de Tavares (2010:75-79), o processo de substituição de importações enquanto resposta ao “estrangulamento externo”, estabeleceu a expansão e mudança contínua da estrutura industrial brasileira no amplo período de 1960 a 1980. Sendo que o período de 1956 a 1961 foi caracterizado pelo estabelecimento, ainda que parcial, do Departamento I¹ da economia brasileira, tanto com o aumento da participação direta e indireta do Governo nos investimentos, quanto pela entrada mais expressiva de capital estrangeiro privado e oficial para financiar parcela importante dos investimentos nesses segmentos.

A não completitude da estrutura industrial brasileira, no sentido de ainda apresentar lacunas principalmente nas etapas de engenharia de produção e desenvolvimento de bens de maior intensidade tecnológica, parece reforçar a intuição da autora em tela quanto ao desenvolvimento da economia nacional. Neste sentido, especificamente as condições de evolução da pauta exportadora brasileira nos últimos anos recoloca a questão da problemática do desenvolvimento restringido, seja pela estrutura industrial com baixa intensidade tecnológica, seja pelas condições estruturais de repartição da renda e da riqueza nacional e também pelas condições impostas pelas instituições internacionais, como a OMC (Organização Mundial do Comércio).

Este artigo contribui com o debate posto sobre a base evolutiva da pauta exportadora brasileira e a oscilante trajetória da indústria nacional, para tal realiza-se

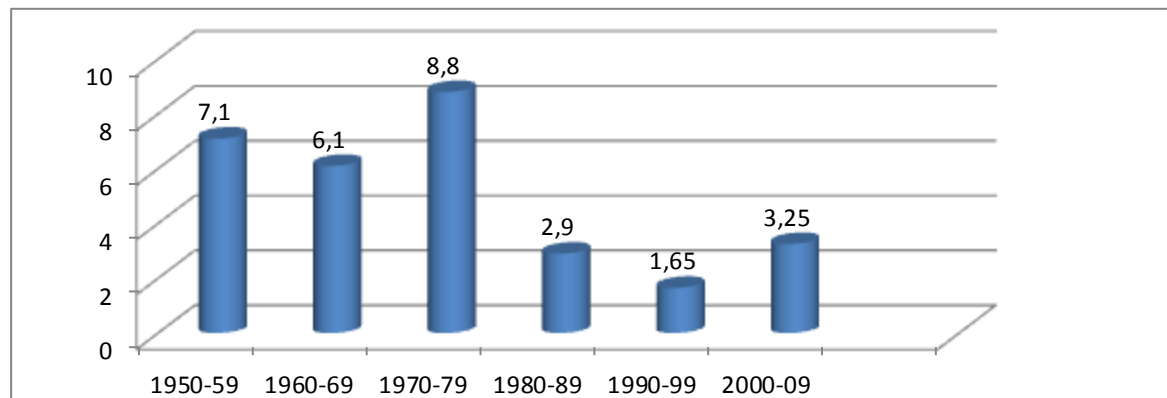
¹ Marx (1987, v. II) dividiu o produto social global (capital social) da economia em dois departamentos ou setores: i) o Departamento I, onde se reproduz em sua forma de mercadorias (valores de uso) os meios de produção (máquinas, equipamentos, veículos, instrumentos, matéria-prima, insumos, prédios, etc...) e; ii) o Departamento II, onde se reproduz em sua forma de mercadorias (valores de uso) os meios de consumo pessoal (alimentos, vestimentas, automóveis particulares, computadores, etc...).

análise da economia nacional das últimas duas décadas, centrado no questionamento do por que da ausência de política industrial e as possíveis consequências de um novo impasse de “estrangulamento externo” da economia brasileira, isso desde um aporte teórico estruturalista. O artigo está dividido em cinco segmentos, além desta introdução: na segunda seção retorna-se ao modelo de substituição de importações, centrando especialmente em aspectos da evolução produtiva e das relações salariais, aspectos que consideramos importante para a compreensão do Brasil atual; na terceira seção abordam-se as importantes alterações ocorridas na década de 90, fundadas no modelo neoliberal e de desregulamentação financeira global; na quarta seção faz-se breve imersão na primeira década deste século, analisando o perfil que a economia brasileira assume e, destacadamente, suas repercussões em termos mundiais; na quinta seção abordamos especificamente a balança comercial brasileira, ressaltando os limites restringidos do seu crescimento e as contraditórias condições de expansão, porém sem ruptura dos fatores que podem levar a novo “estrangulamento externo”, finalmente, na sexta seção fazem-se as considerações finais.

2. SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E DESENVOLVIMENTISMO RESTRINGIDO

Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) a economia brasileira registrou vigoroso crescimento, o PIB cresceu a uma média de 8% ao ano (a.a.) e a participação do setor industrial no PIB se elevava em mais de 6 pontos percentuais (p.p.), passando de 26,6% do PIB em 1956 para 33,2% em 1960, permanecendo nesta média até aproximadamente 1968, quando se delineia um novo ciclo de “boom” econômico, já no período de ditadura militar.

Taxas de Crescimento do PIB do Brasil (média da década, em %)



Fonte: IBGE. Elaboração dos autores.

Esse processo de diversificação econômica se intensificou durante o chamado “milagre econômico brasileiro” (1968-1973), período ao mesmo tempo de intenso crescimento, como pode ser observado no gráfico acima e, por outro, de atraso nas relações políticas e sociais. A economia e a sociedade brasileira ao longo deste período consolidou o que Oliveira (1988b) denominou de um “Estado do mal-estar social”, fortemente fundado na apropriação privada dos “fundos públicos”² e por uma peculiar flexibilidade estrutural no uso e disposição da força de trabalho.

A economia brasileira, portanto, passou nas décadas de 1960 a 1980 por intenso processo de transformação, consolidando um parque industrial e implantando – ou transplantado como prefere Oliveira (1987, 1988a) – os principais segmentos dos departamentos I e II de produção, típicos da 2ª revolução industrial. O Estado cumpriu neste processo uma função central, desempenhando papel estruturante, articulando os interesses capitalistas, definindo através de planejamento as fronteiras de expansão e mobilizando excedentes financeiros capazes de assegurar a industrialização brasileira (MATTOSO, 1995A; TAVARES, 2010). Por outro lado, este padrão de industrialização se pautou por uma forte defasagem entre produtividade e salários reais, distanciando-se da forma clássica fordista desenvolvida nas economias capitalistas cêntricas e aprofundando uma organização do trabalho pautada em intensa exploração de mão-de-obra pouco qualificada.

As taxas de crescimento industrial foram ao mesmo tempo intensas e descontínuas, marcadamente oscilantes e instáveis. Segundo dados do IBGE, no período

² Francisco de Oliveira (1988b) desenvolve o conceito de fundo público como um “mix” que compreende uma racionalidade pública e uma privada. A primeira diz respeito “a razão do Estado, que é sócio política” e a segunda “a razão dos capitais”.

de 1955-1985 a economia apresentou um crescimento médio anual de 6,2%, o que permitiu que o PIB dobrasse de volume a cada dez anos, contudo com resultados fortemente contrastados e grande flutuação entre “picos” de crescimento e “covas” recessivas em curtos espaços de tempo.

Este célere crescimento fez-se baseado, principalmente, no departamento produtor de bens de consumo duráveis, fundamentalmente a indústria automotiva. A consolidação deste padrão de desenvolvimento deu-se durante o regime militar³, acentuando-se que uma das condições à implementação deste “modelo” foi a imensa concentração da renda promovida durante o período. A constituição de um mercado consumidor interno para os bens de alto valor agregado desta indústria e que implicou, entre outras coisas, na conformação de uma sociedade desigual e excludente⁴.

As estatísticas são muito evidentes: enquanto em 1970 os estratos de renda dos 20% inferiores se apropriavam de 3,2% da renda nacional, os 20% superiores se apropriavam de 62,2%. Em 1990 temos os 20% inferiores com 2,3% e os 20% superiores com 66,1%. A dinâmica econômica daí decorrente foi o de um padrão de produção baseado no consumo de duráveis, contudo diferentemente da trajetória europeia e americana do pós-guerra, não se observou a massificação deste tipo de consumo⁵.

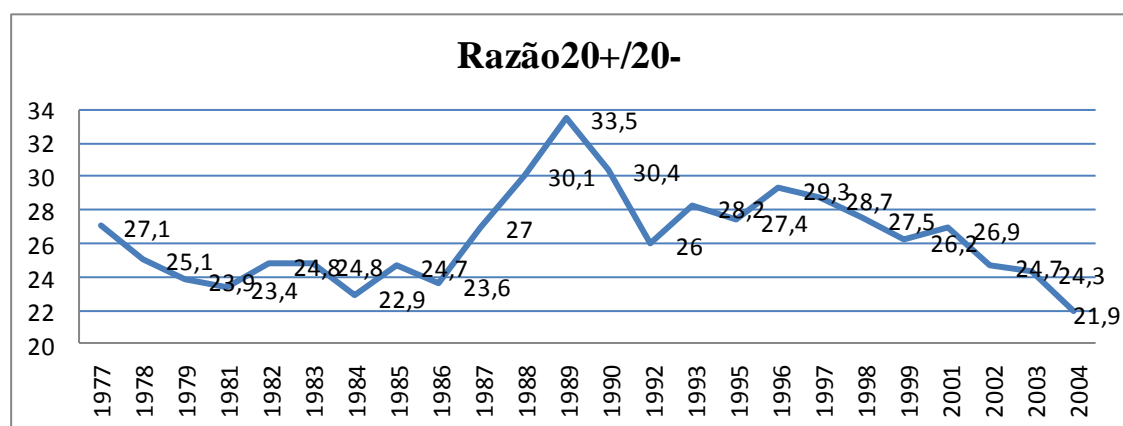
Os dados mostram que o comportamento concentrador de renda alcançou seu pico em 1989, condicionado por dois fatores centrais: as elevadas taxas de inflação e a desestruturação econômica marcante da década de 90, aspectos que retornaremos brevemente a seguir.

³ Mesmo considerando que suas bases encontram-se de fato na década de 50, mais precisamente na assim denominada por Oliveira (1988), “restauração Kubitschek”.

⁴ Conferir, entre outros, Oliveira (1987,1988a), Goldenstein (1994), Mattoso (1995a, 2010), entre outros.

⁵ Ver Mattoso (1995a:130).

Evolução da Renda dos 20% +Ricos/20% +Pobres



Fonte: Barros et al. (2006 a, b).

Esse padrão industrial teve como contrapartida necessária, um padrão de financiamento fortemente ancorado no Estado, sem o qual o processo de industrialização se inviabilizaria. Como bem destaca Goldenstein (1994), no caso brasileiro, além de assumir o financiamento, o Estado implantou o núcleo básico da indústria pesada (siderurgia, energia, petróleo). Ao capital transnacional coube a responsabilidade de transplantar o bloco central da chamada “indústria branca”, produzindo uma economia caracterizada por uma “internacionalização internalizada” (CORIAT e SABÓIA, 1988), com grande presença de multinacionais nos circuitos de produção mais dinâmicos.

A fixação de um “salário mínimo vital”⁶ na economia brasileira, historicamente precoce, teve como objetivo a gestão estatal do uso da força de trabalho. Como ressalta Oliveira (1987) e Coriat e Sabóia (1988), o aspecto central “girava em torno da institucionalização do próprio princípio de um salário mínimo” (CORIAT e SABÓIA, 1988:15), que propiciasse uma relativa monetização da economia, necessária a própria estruturação do mercado de trabalho, produzindo, ao fim e ao cabo, um assalariamento cuja referência foi, desde sempre, um padrão “usurpador” da mercadoria força de trabalho.

Durante o período militar o salário mínimo passou por grande compressão, favorecendo a concentração da renda, de tal modo que em 1985 estava reduzido a menos da metade de seu nível inicial de 1940 (SABÓIA, 1985). As baixas taxas de crescimento do departamento produtor de bens não duráveis refletem a pequena

⁶ Esta determinação está prevista na legislação do salário mínimo, promulgada em 1936 e especificada em 1938 (cf. SABÓIA, 1985).

participação da massa de salários na renda nacional, principalmente dos trabalhadores de baixa qualificação, constitutivo da maior parcela da população economicamente ativa (PEA). Segundo dados do IBGE e FGV, explicitados em Coriat e Sabóia (1988:7), enquanto as taxas de crescimento dos bens de consumo duráveis foram entre 1967-73 e 1973-80 respectivamente de 26,6% e 9,3%, as mesmas taxas para as indústrias de não duráveis apresentaram índices bem inferiores: 4,9% e 4,4%, respectivamente.

Os baixos níveis do salário mínimo e sua representatividade enquanto ganho médio da população empregada brasileira conforma um dos elementos centrais do sistema de exploração da força de trabalho, estando intimamente vinculada, por outro lado, com os baixos níveis de qualificação e escolaridade, constituindo um círculo vicioso que desnuda a um só tempo dois aspectos do “fordismo periférico” brasileiro: as precárias condições de reprodução da força de trabalho e uma organização do processo produtivo centrada no uso intensivo e desqualificado da mão-de-obra, uma relação que Lipietz (1988) denominou, com bastante fundamentação, de “taylorização sanguinária”.

A incorporação dos ganhos de produtividade aos salários foi o fermento necessário ao longo ciclo econômico de crescimento das economias centrais, produzindo um forte relação entre oferta e consumo de massas. No caso brasileiro a sustentabilidade das dinâmicas indústrias dos duráveis se deu com base em um consumo restringido de produtos primários e crédito facilitado – implicando em endividamento interno – com vistas ao alargamento desta demanda. A opção pelo modelo de concentração da renda ou de demanda restringida implicou, entre outros aspectos, na não incorporação dos ganhos de produtividade à determinação do nível real de salários, mesmo nos setores dinâmicos da economia.

Durante a década de 70 e, principalmente no período de “boom” conhecido como “milagre econômico”, os salários médios crescem muito abaixo dos ganhos de produtividade, sendo que a política salarial determinada pelo governos militares, produz nítidas disparidades salariais e um forte arrocho dos principais segmentos de trabalhadores (Ver SINGER, 1989; SABÓIA, 1985 e ANTUNES, 1992). Cabe notar que a diferenciação entre os salários das categorias de “operários qualificados” e “não qualificados” e os quadros técnicos e de direção, funcionalmente importantes ao capital, é bastante visível ao longo desse período, o que, segundo Coriat e Sabóia (1988:25), demonstra que os “ganhos de produtividade são apenas transferidos muito parcialmente aos salários, e de forma muito desigual, segundo as categorias consideradas”.

O entendimento da transição do modelo da ISI (Industrialização por Substituição de Importações) ao neoliberalismo com a liberalização financeira e comercial começando na década de 90 para muitos economistas foi percebido como uma crise do modelo desenvolvimentista⁷. Alguns argumentavam que a crise estava na própria raiz do modelo: era crise do padrão de financiamento da acumulação, enquanto outros argumentavam que mais vinculado ao surgimento da perspectiva neoliberal e os interesses das empresas transnacionais.

O financiamento da acumulação foi feito com base no Estado investidor e orientador do crescimento econômico, sustentado na capacidade de arrecadação fiscal – limitada e politicamente restringida – e no enorme endividamento, primeiramente externo e posteriormente interno e externo. A relação deste Estado com o capital internacional e com o grande capital nacional possibilitou a conformação de um tripé que teve, desde sempre, a interação imiscuída do “fundo público”, como mecanismo dinamizador da acumulação de capital.

Por outro lado, como ressaltou Tavares (2010), os desequilíbrios do balanço de pagamentos sempre foi componente chave para o entendimento das recorrentes transições da economia brasileira. O esgotamento do fundo público, como fruto da escassez de recursos líquidos internacionais e a mudança da perspectiva do FMI, por outro lado, a crise do endividamento externo que consumiu parcela considerável dos superávits comerciais gerados no país decretava em alto e bom som a profundidade da “natureza estrutural da crise econômica e do próprio Estado” (Fiori, 1993:150).

3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO NA DÉCADA DE 90

Com a capacidade de investimento estatal exaurida e com a permanente “sangria” de capitais, remetidos ao exterior na forma de juros e amortizações, e na ausência de novos capitais externos, vicejou durante a década de 80 um processo de lenta desarticulação industrial que se intensificará na década de 90. Alguns autores, como Fiori (1993:160-161), debitaram ao “nível de desenvolvimento industrial já alcançado” e as próprias dimensões “continentais” da economia brasileira, a dificuldade, pelo menos até a segunda metade daquela década, de ser implementado programas

⁷ Entre outros: Goldstein (1993); Gonçalves (1999); Carneiro (2002); Fiori (1993).

macroeconômicos que levassem, em última instância, a um processo de desindustrialização.

Como ressaltou Mattoso (1995a:137), no “Brasil, apesar da gravidade da crise com sua dimensão de estagnação e elevada inflação durante a década de 80 não se efetivou seja um processo de desindustrialização, seja uma reestruturação industrial, mantendo-se ‘grosso modo’ a mesma estrutura produtiva industrial”.⁸ A manutenção desta estrutura industrial, a par às enormes transformações tecnológicas em curso nos países centrais, possibilitou uma relativa recuperação do nível de emprego industrial. Contudo, ao longo da década as oscilações típicas do modelo brasileiro tornaram-se mais sinuosas, apresentando três períodos bem marcantes: a recessão de 81-83, a breve recuperação de 84-86 e um novo período recessivo de 87-90.

O PIB apresentou, como de regra, brutais oscilações: durante a recessão “delfiniana” de 81-83, a última do regime militar, bate no fundo do poço, alcançando uma taxa de -2,93; nos anos seguintes, como fruto de um expressivo crescimento das exportações⁹, alcançaria 7,90% em 1985, mantendo-se positivo e acima dos 3% até 1987; no último período em questão verifica-se novamente as intempestivas oscilações, contudo não mais apresentando recuperações significativas: em 1988 apresentou uma taxa negativa de 0,06% e em 1990, a mais grave recessão da história moderna do país, 4,36% negativos (IBGE, 1996).

Como já ponderado, o nível de emprego formal no setor industrial apresentou um comportamento assimétrico nos períodos de recessão e de crescimento da economia. Os postos de trabalho perdidos durante o ciclo recessivo (81-83) foram quantitativamente recuperados no período seguinte (84-86), denotando tanto a manutenção do parque industrial, quanto um acréscimo na absorção de mão-de-obra pelo setor terciário e público¹⁰. O último período (87-90), já expressava claramente uma nova tendência, de um intenso processo de adaptação reestruturada, da maior parte das empresas brasileiras, ao novo contexto internacional. O salário médio real no setor formal da economia, assim como o mínimo, acompanhou a tendência histórica de decomposição,

⁸ Ainda que se possa argumentar que o começo de um processo de desindustrialização tenha tido início em 1986, dado que a porcentagem do PIB da indústria de transformação chegou ao seu auge em 1986 (32%) caindo quase continuamente até 1998 (20%).

⁹ Castro e Souza (1987) relacionam este crescimento das exportações e o relativo declínio das importações a um efeito retardado dos programas de investimento do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento, 1974-1979). Para uma crítica a esta percepção conferir Goldenstein (1994, cap. 3).

¹⁰ Conferir, entre outros, Mattoso (1995), Baltar e Deddeca (1996) e Baltar e Proni (1996).

apresentando raros momentos de pequena recuperação. Segundo dados do DIEESE¹¹, o valor do mínimo em 1987 correspondia a somente 58% de seu valor de 1980, e o salário médio no final da década estava reduzido de 14% em relação aos anos iniciais do período.

A acentuada racionalização empresarial acompanhou o reordenamento macroeconômico do “receituário” neoliberal, um conjunto de proposições dominantes quanto a reorganização econômica para uma série de economias nacionais. Os atributos desta “nova política econômica” buscariam adequar as diversas economias nacionais capitalistas às condições de desregulamentação da economia mundial, suas principais características eram : i) abertura comercial; ii) âncora cambial no dólar; iii) privatização de empresas e atividades exercidas pelo Estado; iv) austeridade fiscal; v) desregulamentação (flexibilidade) das relações econômicas e de trabalho; vi) focalização das políticas públicas; vii) desregulamentação financeira.

A implementação do “menu” neoliberal teve início na gestão Collor de Mello, cujo apanágio de “inserir o Brasil no primeiro mundo”, moveu trôpega e atabalhoadamente a economia brasileira para a mais grave recessão de sua história moderna: de 1990 a 1992 a economia apresentou repetitivas taxas negativas de crescimento. A indiscriminada abertura comercial, realizada sem as devidas salvaguardas de proteção e na ausência de uma política industrial, produziu um forte efeito desorganizador da economia, cujo principal componente de acomodação de custos recaiu sobre a força de trabalho. Carneiro (2002, p. 153-178) observa que os desequilíbrios industriais se tornaram crescentes ao longo dos anos 1980 na medida em que a economia brasileira ampliava o seu grau de abertura externa, por outro o “drive exportador” se mostrou de baixa dinamicidade vis-à-vis a absorção doméstica, “isso ocorreu porque importantes setores exportadores – em particular o de bens intermediários – esgotaram a capacidade ociosa, tornando impraticável manter o volume exportado sem ampliação da capacidade produtiva”.

Será, contudo, a partir do governo de Fernando Henrique (1996-2002) que se promoverá o mais completo ajuste da economia nacional, impondo profunda desregulamentação da economia, cujos aspectos mais sinuosos são a abertura econômica indiscriminada, acompanhada da valorização da moeda nacional, provocada por uma política de fixação da taxa de câmbio. Por outro lado, se arregimenta um

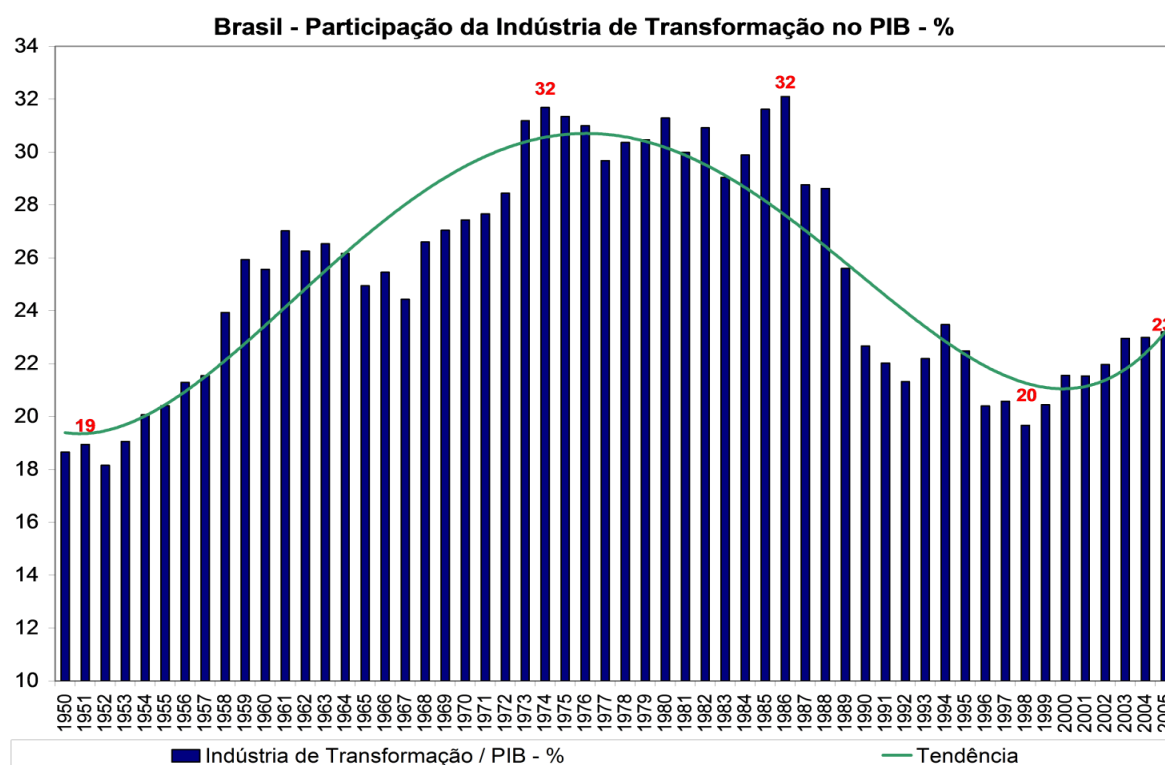
¹¹ Retirados de Coriat e Sabóia (1988:12).

discurso ideológico em torno da pretensa “rigidez” do mercado de trabalho, concebido como um dos fatores impeditores da competitividade da indústria nacional no mercado mundial.

Um dos aspectos característicos da reestruturação industrial brasileira foi seu viés defensivo, ou seja, incorporando poucas transformações tecnológicas e ajustando seu processo produtivo mediante técnicas de gestão do trabalho e amplo uso da terceirização. Observa-se, em função daqueles fatores, ao longo do período, a elevação da produção acompanhada por queda no emprego, resultando, com isto, num elevado aumento da produtividade, como se virá na próxima seção e, contraditoriamente, que uma das consequências desse formato que toma a economia brasileira desde a década de 90 serão as particulares condições de intensificação da pauta primário exportadora a partir da década seguinte (ver seção 5).

4. A ASFIXIA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

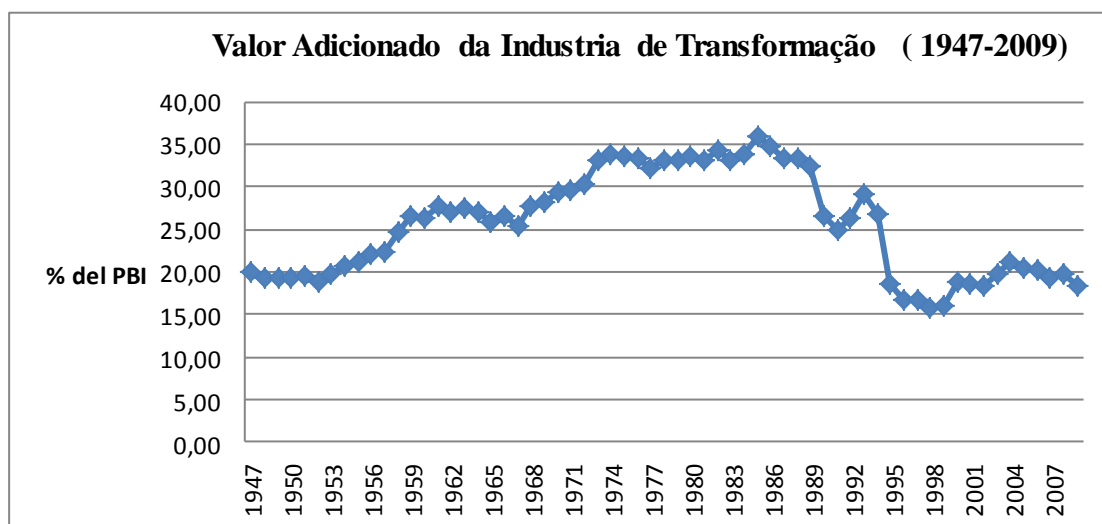
O Brasil na primeira década do século XXI apresentou numerosos elementos de uma economia emergente complexa, constituindo a sétima maior economia global (em termos do PIB), porém com a importância do segmento manufatureiro no PIB declinante desde da última década do século passado. É importante considerar como medida do nível do desenvolvimento industrial a proporção do PIB representado pela indústria de transformação. Pode-se observar no gráfico abaixo que a indústria manufatureira alcançou o seu auge, enquanto porcentagem do PIB, em 1986, quando representou 32% do mesmo, ainda fruto do esforço de industrialização decorrente do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), conforme analisaram, entre outros, Castro e Souza (1987) e Carneiro (2002).



Fonte: IPEADATA. Elaboração dos autores.

Desde então a tendência foi de diminuição da participação industrial no PIB brasileiro, chegando a 20% em 1998 e recuperando-se somente parcialmente na última década, porém com indicadores inferiores aos anos 70/80 do século passado, por

exemplo chegou a 23% em 2005, o dramático desta tendência é que a mesma se dá com base na evolução do valor agregado¹², como pode ser visualizado na série histórica mostrada no gráfico abaixo com base nas Contas Nacionais disponibilizadas pelo Ipea.



Fonte: IPEA. Elaboração dos autores.

Nota: Para 1990-1994: Sistema de Contas Nacionais (Referência: 1985). Para 1947-1989: Sistema de Contas Nacionais Consolidadas.

Obs: Conceito utilizado para 1947-1989: a custo de fatores. Conceito utilizado a partir de 1990: a preços básicos.

Esta tendência demonstra um processo permanente? Não necessariamente. Mesmo que as alterações em diversos segmentos da economia brasileira sejam significativos, gerando crescente preocupação sobre possibilidades futuras do desenvolvimento industrial, entretanto somente o estabelecimento de política industrial diferenciada e arrojada pode reverter esse quadro, inclusive considerando as características da pauta exportadora e o delicado momento da economia capitalista internacional. Mas antes de apresentarmos o diagnóstico, analisemos alguns padrões registrados nos anos recentes.

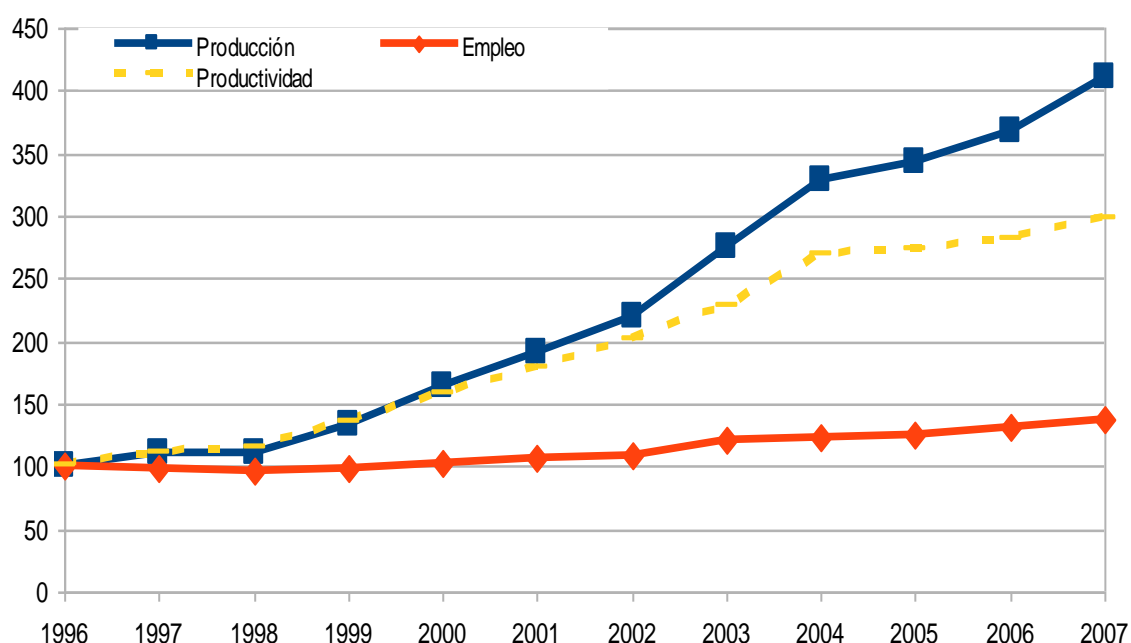
A Preocupação chave é o aumento do grau de dependência do setor industrial em relação a agroindústria e a indústria mineral de semielaborados, isso em detrimento da indústria manufatureira. Neste sentido, as taxas do crescimento, tanto da agroindústria, quanto da indústria mineral, são elevadas em função da forte elevação dos preços

¹² Para mais detalhes ver Carneiro, 2008, pp.21-22.

internacionais das principais commodities agrícolas e minerais nos últimos cinco anos, puxadas pelo crescimento da China. O problema central é analisar como irá evoluir essa tendência no médio e longo prazo.

De qualquer forma isso não significa que não houve importante crescimento dos demais setores industriais, porém suas taxas de crescimento e elevação de produtividade foram inferiores. No gráfico seguinte apresenta-se a evolução da produção, emprego e produtividade da indústria em termos agregados.

Produção, Emprego e Produtividade Industrial (Brasil, 1997-2006) (1996=100)



Fonte: IPEA. Elaboração dos autores.

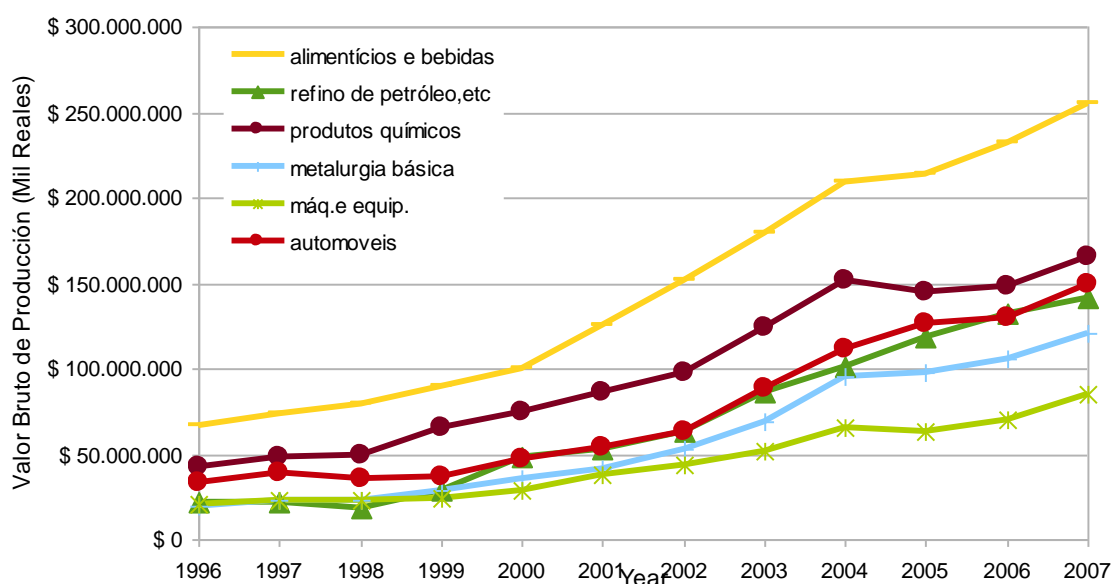
Como podemos observar, tomando como base o ano de 1996, verifica-se que a produção global é incrementada em 300% e a produtividade em torno de 200%, entretanto o nível do emprego gerado na economia somente aumenta em 45%. Deste modo, a indústria brasileira exibe um significativo aumento em sua produtividade, decorrente em grande medida do processo de reestruturação produtiva tratada na seção anterior.

No entanto, o aumento na produção não foi homogêneo entre os diferentes setores industriais. Como podemos observar no gráfico seguinte, durante o período 1996-2007 os setores que mais cresceram, em termos absolutos, foram os de

alimentação e bebidas: quase 280% desde 1996, chegando a R\$ 2,5 bilhões em termos do valor bruto da produção. Este setor foi seguido pelo desempenho da indústria química, com mais de R\$ 1,5 bilhões e, logo após, a produção automobilística, com aproximadamente R\$ 1,5 bilhões.

O importante a observar é que o principal segmento industrial manufatureiro é um segmento tradicional, com baixa interação com os setores de desenvolvimento inovativos recentes. Por outro, tanto a indústria química, quanto a automobilística passaram por intenso processo de reestruturação produtiva nas duas últimas décadas, seja com a adoção de novos processos de produção, seja com modernização tecnológica, porém na mesma intensidade se agudiza o processo de desnacionalização, retirando do mercado as poucas indústrias de capital nacional (conferir Gonçalves, 1999).

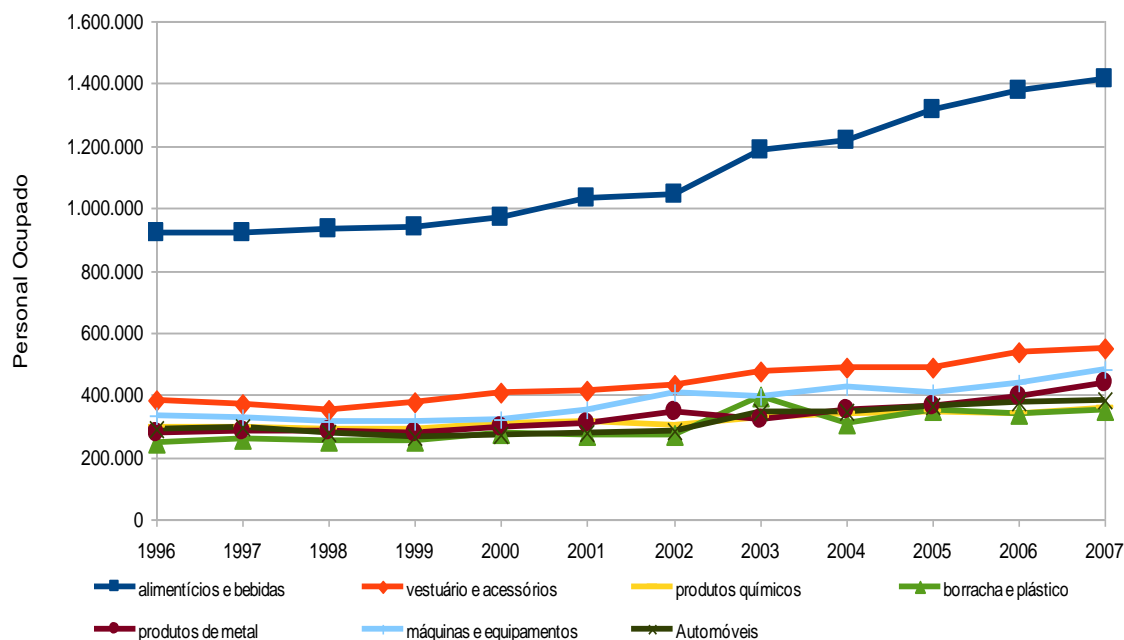
Indústrias de Alto Crescimento no Brasil (Valor Bruto 1996-2007, em mil R\$)



Fonte: IBGE (Pesquisa Industrial Anual da Empresa, 2011). Elaboração dos autores.

Além da importância do crescimento dos setores industriais chaves, temos visto que o emprego vinculado ao sector aumentou em aproximadamente 45% em relação aos níveis de 1996. No gráfico seguinte consideramos a distribuição do emprego por setor no período 1996-2007.

Emprego nas Indústrias de Alto Crescimento (Brasil 1996-2007)



Fonte: IBGE, 2011. Elaboração dos autores.

Como pode-se observar, o setor que gerou maior número de ocupações foi o setor de “alimentícios e bebidas”, que em 1996 representava 18% de todo o emprego industrial, e em 2006 passou a significar quase 21% da mesma. O segundo setor mais significativo na geração do empregos foi o setor de “vestuário e acessórios”, que passou de 7,6% do emprego total para 8% do mesmo ao final do período em análise. Os outros setores significativos em termos de porcentagem geral do emprego industrial são, por ordem decrescente de importancia: químicos, borracha e plástico, metais, maquinário e equipamentos de produção automotriz.

Esta dinâmica resultou das alterações estruturais que experimentou a economia brasileira desde os fins dos anos 1980 e especificamente o formato de enquadramento a ordem neoliberal global desde os anos de 1990, refletindo um determinado tipo de inserção da economia nacional no mercado internacional, principalmente como produtor e fornecedor de bens primários de baixo valor agregado, como veremos. A necessária alteração desse padrão se coloca enquanto condição central para um novo tipo de

inserção brasileira na economia global, condição central para que não haja um novo estrangulamento do desenvolvimento nacional a partir das contas externas e que requer a alteração da tendência de declínio do valor adicionado industrial.

5. O SETOR EXPORTADOR BRASILEIRO: DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÕES

A balança comercial brasileira apresenta comportamento variado nas últimas duas décadas. Superavitária no começo dos anos 1990 e de 1995 a 2000 deficitária. A partir daí o que se observa é superávit e crescimento considerável do saldo comercial, com as exportações crescendo em ritmo mais acelerado que as importações. Chegou ao pico em 2006, com saldo de US\$ 46,5 bilhões, diminuindo o ritmo depois disso.

Exportação, Importação e Saldo da BC (Brasil) – em US\$ Milhões

Ano	Exportação	Importação	Saldo comercial
1964	1.429,80	1.086,40	343,40
1969	2.311,20	1.993,20	318,00
1979	15.244,00	18.084,00	-2.840,00
1981	23.293,00	22.091,00	1.202,00
1982	20.175,00	19.395,00	780,00
1989	34.383,00	18.265,00	16.118,00
1992	35.793,00	20.554,00	15.239,00
1996	47.747,00	53.346,00	-5.599,00
1997	52.986,00	59.840,00	-6.854,00
1998	51.120,00	57.714,00	-6.594,00
1999	48.013,00	49.302,00	-1.289,00
2000	55.119,00	55.851,00	-732,00
2001	58.287,00	55.602,00	2.685,00
2002	60.439,00	47.243,00	13.196,00
2003	73.203,00	48.326,00	24.877,00
2004	96.678,00	62.836,00	33.842,00
2005	118.529,00	73.600,00	44.929,00
2006	137.808,00	91.343,00	46.465,00
2007	160.649,00	120.621,00	40.028,00
2008	197.942,00	173.197,00	24.745,00
2009	152.995,00	127.647,00	25.348,00
2010	201.915,00	181.649,00	20.266,00

Fonte: MDIC/Secex, 2011.

A análise da tabela anterior permite distinguir alguns importantes elementos da trajetória macroeconômica brasileira das últimas décadas. Como ressaltou Conceição Tavares em sua obra clássica (1977, reedição 2010: 120-121) o “problema estratégico” colocado a economia brasileira, diz respeito ao desafio da superação do “estrangulamento externo”, sendo que os diversos momentos conjunturais expressam formatos distintos de política econômica de enfrentamento daquele desafio.

No final da década de 70 observa-se uma forte mudança no grau de abertura¹³ da economia brasileira, o que se denotou na expansão de exportação e importação no período de uma década: de 1979 em relação a 1969 a exportação se amplia em seis vezes, enquanto que a importação se expande em nove vezes (conferir Tabela 2). Durante as décadas de 80 e 90 o grau de abertura da economia brasileira se estabilizará em torno de 18%, somente ocorrendo nova inflexão nesta primeira década do século XXI, quando o grau de abertura da economia brasileira saltará para 26% em média, o que é denotado no crescimento de exportação e importação: entre 2009 e 1999 tanto exportação quanto importação mais que triplicaram, porém como se destacará a seguir, as características da pauta exportadora encerram grandes preocupações, as quais remetem, novamente, ao decantado problema do “estrangulamento externo”.

Vale frisar que as específicas condições econômicas enfrentadas na década de 90, fruto da transição do modelo de substituição de importações ao neoliberalismo e assim o reduzido papel do Estado na economia. Esse quadro ficou ainda mais agravado com as decisões de política cambial encetadas no período do presidente Fernando Henrique, a apreciação cambial tinha como objetivo o uso das importações como mecanismo de trava da retomada da espiral inflacionária, o que determinou a geração de déficits comerciais desde o ano de 1995 até 2000, como pode ser observado na tabela acima.

No governo Fernando Henrique as contas externas foram problemáticas, especialmente a balança de serviços e rendas, que engloba o saldo das viagens internacionais, fretes, seguros, remessa de lucros, dividendos e royalties e juros principalmente. Em função do Real (R\$) apreciado e das elevadas taxas de juros, o quadro de déficit foi crescente. Somado a isso os números negativos da balança comercial, temos a caracterização de um quadro cujo agravamento descortinava a possível falência da capacidade de financiamento externo brasileiro, o que de fato se deu em 1999 com a crise cambial brasileira.

Nos últimos dez anos observa-se elevação do grau de abertura da economia brasileira, com elevação no valor exportado bastante significativo: entre 2009 e 1999 o crescimento absoluto é acima de US\$ 100 bilhões, sendo que se triplica o total exportado. Essa trajetória de expansão na exportação foi basicamente centrada na elevação do “quantum” exportado de produtos primários, o que denota e recoloca a velha questão do “estrangulamento externo”, na medida em que tal elevação responde

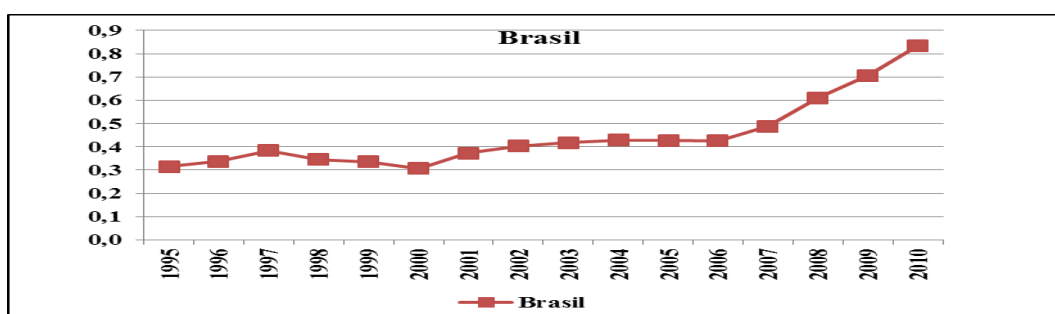
¹³ Para análise do grau de abertura $[(X + M)/\text{PIB}] \%$ da economia brasileira nas últimas décadas e comparação com outros países conferir Baumann et al. (2010).

basicamente a estímulos de desenvolvimento de economias forâneas que requerem uma expressiva quantidade de bens primários, especificamente neste caso estimulado pelo “boom” da China.

Como mostra o Gráfico abaixo, desde 1995 a participação de produtos básicos (conforme MDIC) vem crescendo comparativamente a participação de produtos industrializados. Estudos realizados pela CEPAL/Ipea (OLIVEIRA, LEÃO e CHERNAVSKY, 2010:87) mostram que na pauta de exportação brasileira, a participação de bens de baixa intensidade tecnológica e primários sempre foi predominante, “flutuando ao longo de todo período (1995/2006) entre 35% e 44%, percentual alcançado no último ano (2006) analisado”, ainda as exportações dos produtos manufaturados foram bem mais alto em décadas anteriores. Entretanto, essa tendência parece se agravar nos últimos três anos (2008/2010), refletindo-se na elevação do coeficiente básicos/industrializados no compute global da pauta de exportação.

Considerando o período 1995-2010, o gráfico abaixo mostra que até o ano de 2003 a relação básicos/industrializados era menor que 0,5, o que significa dizer que os produtos industrializados representavam parcela maior das exportações. A partir de 2004 percebe-se uma inversão, quando as vendas ao exterior de produtos básicos só aumenta sua participação com o passar do tempo.

Relação Exportação básicos/industrializados (Brasil - 1995-2010)



Fonte: MDIC (2011). Elaboração dos autores.

Dos destaques dos produtos básicos, minério de ferro é o principal item da pauta de exportação, conforme evidenciado na Tabela a seguir com os principais produtos exportados pelo país em 2010. A soja também é outro importante produto. E, mesmo não estando (ainda) na lista, a carne bovina é outro item em franca ascensão. Em 2010, o Brasil exportou US\$ 4,8 bilhões em carne bovina (80% sendo *in natura*). Vale ressaltar que o país é o maior exportador mundial de carne bovina.

Principais produtos exportados pelo Brasil (2010)

Descrição NCM	US\$ (Mil)
MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	21.353.878
OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	16.293.240
OUTROS GRAOS DE SOJA, MESMO TRITURADOS	11.035.210
ACUCAR DE CANA, EM BRUTO	9.306.851
MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	7.558.004
CAFE NAO TORRADO, NAO DESCAFEINADO, EM GRAO	5.181.628
Outros	131.186.474
Total	201.915.285

Fonte: MDIC (2011).

Como destacaram Belluzo e Almeida (2011, 2012) os “resultados da balança comercial mostram uma descomunal aceleração do déficit da indústria de transformação”, com paulatino reforço da pauta primário exportadora, como se evidenciam nos indicadores expostos. Por outro, essa pauta primário exportadora é fortemente concentrada na região amazônica, com óbvios elementos de impactos ambientais, especialmente focados no desmatamento.

Tem-se, então, para o Brasil, que em termos absolutos a exportação de produtos industrializados ainda é maior que a de básicos, porém este vem crescendo e aumentando sua participação relativa a cada ano na pauta de exportação do país, com notórias implicações macroeconômicas quanto aos aspectos de apreciação cambial e a trajetória de desindustrialização pior que já teve.

A tabela abaixo mostra os percentuais de produtos básicos e industrializados exportados pelo Brasil e a relação entre eles. Nota-se que no começo da série três quarto da exportação era de produtos industrializados, chegando em 2010 com percentual próximo a 50%. Em contraposição, os produtos básicos vêm aumentando sua participação da pauta das vendas ao resto do mundo. E deveria destacar que a indústria está incluindo mineração, além da indústria da transformação, e em geral corresponde a matéria-prima.

Vendo de outra maneira, a relação básicos/industrializados mostra o quanto o primeiro representa do segundo. No primeiro ano o índice foi de 0,31, ou seja, em

1995¹⁴ os básicos representavam cerca de um terço dos industrializados. Ao longo dos últimos quinze anos, o índice vem elevando-se, chegando a 0,83 no último ano da série.

No caso de regiões mais economicamente mais atrasadas, como a Amazônia brasileira, por exemplo, este coeficiente é ainda mais dramático, pois a pauta de exportação é ainda mais significativamente centrada em bens básicos.

Relação Básicos/Industrializados (Brasil, 1995-2010)

Ano	% Básicos	% Indúst.	Bas/Ind
1995	23,59	75,08	0,31
1996	24,92	73,74	0,34
1997	27,32	71,16	0,38
1998	25,37	73,34	0,35
1999	24,63	73,55	0,33
2000	22,79	74,49	0,31
2001	26,33	70,69	0,37
2002	28,06	69,55	0,40
2003	28,94	69,27	0,42
2004	29,51	68,86	0,43
2005	29,30	68,61	0,43
2006	29,23	68,61	0,43
2007	32,12	65,82	0,49
2008	36,89	60,50	0,61
2009	40,63	57,55	0,71
2010	44,65	53,48	0,83

Fonte: MDIC (2011). Elaboração dos autores.

A dinâmica exportadora revela que em quanto no período de dez anos (2009/1999) a exportação global cresceu aproximadamente 318%, a exportação especificamente de bens primários cresceu em 525%, o que fez com que em 2010 sua participação relativa na pauta exportadora significasse quase metade da mesma (44,65%), como denotado nos dados mostrados na tabela acima.

A geração de divisas em anos recentes está pautada, principalmente, na comercialização de produtos básicos. Mais ainda, a balança comercial no país deve sua situação superavitária aos estados menos desenvolvidos do país, localizados principalmente na Amazônia brasileira, especialmente Pará e Mato Grosso. O cenário evidencia importante processo de especialização primária da pauta de exportação, com

¹⁴ Boa parte das séries aqui utilizadas começa em 1995. A motivação para tal escolha é trabalhar com dados a partir da implantação do Plano Real (mesmo os valores das transações terem o dólar como unidade monetária).

consideráveis implicações tanto econômicas quanto socioambientais, consistindo o desmatamento um dos principais aspectos daí decorrentes.

Como bem observa estudo realizado pelo IPEA (IPEA, 2010:29) por mais que a estrutura produtiva brasileira seja hoje industrialmente diversificada, porém “há que se ressaltar a ampliação nos últimos anos do peso, na estrutura produtiva, dos setores de baixa intensidade tecnológica, como agricultura e serviços, em detrimento da indústria”, o que coloca o desafio de “dar prosseguimento à industrialização”. Acrescente-se que há uma evidente necessidade de superar os limites de exportação de bens básicos, estimulando uma pauta exportadora que agregue mais valor, dado que a tendência nos últimos anos foi a redução da pauta das exportações dos produtos de maior valor agregado.

Se depender do mercado externo, este cenário poderá se intensificar, pois a demanda por minério de ferro, soja e carne bovina é crescente e não apresenta sinais de mudança. Se a economia mundial superasse a crise atual, a tendência é que o Brasil continue ampliando seu papel de fornecedor mundial dos produtos citados e tenha sua pauta de exportação cada vez mais centrada em produtos básicos.

Em suma, a questão aqui levantada precisa ser aprofundada e servir de reflexão e ação, caso se quera uma economia mais industrializada e sustentavelmente desenvolvida, um país com menor desigualdade regional e uma estrutura produtiva em bases diferenciadas e que possibilite romper com um tipo de desenvolvimento voltando a uma economia dominada por agronegócios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Ainda na década de 70, Maria da Conceição Tavares, vislumbrou quatro possíveis cenários de desenvolvimento para a economia e sociedade brasileira, não sendo “modelos” puros e sim possíveis caracterizações de alternativas estratégicas e ou resultantes combinadas de variáveis políticas e econômicas. Iremos nesta conclusão retomá-los, porém recompondo as premissas ali sugeridas, para, a luz do que até aqui foi exposto, estabelecer algumas perspectivas possíveis à economia brasileira no atual crítico quadro da economia capitalista mundial.

No primeiro cenário ela supõe a “continuação do estrangulamento externo e a manutenção da mesma estrutura de mercado tanto em termos setoriais como regionais” (TAVARES, 2010:121). Essa alternativa de evolução da economia consolidaria a “dualidade” entre o “polo capitalista desenvolvido” e o “setor subdesenvolvido”, o que se expressaria socialmente no aprofundamento da compressão social e na concentração de renda.

Vale notar que não há modelo de desenvolvimento totalmente puro ou que estabeleça trajetória de completa estagnação de longo prazo. Especificamente esse primeiro “tipo” pode ser bastante associado ao padrão de desenvolvimento que se processou nas últimas décadas, inclusive com o alargamento da faixa de processos produtivos que foram viabilizados por substituição de importações, porém, como notou a autora este formato econômico caminhou “para desaceleração considerável do processo de crescimento”, ao qual acresceríamos o aprofundamento da clivagem social e das diferenças regionais.

Convém observar, como fez Gonçalves (1999, p. 191) que a “globalização com estratégias liberalizantes”, que foi a marca das décadas de 1990 e primeira metade da década de 2010, levou a inevitável desidratação da indústria brasileira, gerando “um processo desnacionalizador” que “subordina a economia brasileira às estratégias e ao comportamento do capital internacional”.

Num segundo cenário “mantém-se o estrangulamento externo, mas admite-se a possibilidade de uma mudança na composição do mercado interno, tanto em termos setoriais, como regionais, visando atenuar a dualidade básica do sistema” (TAVARES, 2010:122). A própria Conceição Tavares continua sua projeção observando que para que ocorresse isso “o Governo seria obrigado a realizar inversões maciças no setor

primário e a financiar e estimular por todos os modos os investimentos nas regiões subdesenvolvidas”.

Parece-nos que a trajetória recente da economia brasileira tomou esse rumo, o que colaborou na percepção de expansão do mercado interno, inclusive com pequenas melhorias no padrão distributivo da renda (conferir BARROS et. al., 2006). Essa trajetória, entretanto, não é sustentável, necessitando ser complementada seja por medidas de alteração tributária que redistribuíssem indiretamente a renda, seja pelo aprofundamento de política industrial para evitar uma trajetória mais e mais agroprimária e acomodadora dos interesses transnacionais, como parece a que se está consolidando na atual conjuntura.

Na terceira possível trajetória, a autora inverte as premissas: “são as condições externas que se modificam mantendo-se idêntica a mesma estrutura interna”, ou seja, “uma melhoria das condições do setor externo decorrente do aumento do poder de compra das exportações tradicionais” (TAVARES, 2010:123). Esse cenário parece muito semelhante e complementar com aquele que se desenvolveu nesta última década em termos de comércio exterior, o que de fato possibilitou “expansão para capacidade de importar dando maior flexibilidade ao setor industrial, além de aproveitar recursos abundantes no setor primário”. Contudo, os limites estruturais de não modificação do padrão industrial necessariamente levará ao esgotamento dessa limitada capacidade de financiamento possibilitada pelo arranque chinês.

Por último, um claudicante, porém necessário, quarto cenário ou alternativa de trajetória econômica e social, seria aquele no qual “a abertura do setor externo se realizaria através da diversificação das exportações, sobretudo originárias do setor industrial” (op. cit.:123). A necessidade de combinar diversificação econômica exportadora com estímulos à dinâmica do mercado interno via fortes alterações da redistribuição de renda pessoal e regional, ao lado da melhoria das exportações tradicionais, deve ser posto no horizonte.

Buscou-se mostrar, ao longo deste artigo, que as condições de desenvolvimento econômico brasileiro requerem o estabelecimento de uma arguta política industrial e, principalmente, políticas econômicas direcionadas a construção de uma trajetória futura que rompa com a curva de declínio da indústria nacional, estabeleça metas tecnológicas e utilize as vantagens do amplo mercado nacional para desenvolvimento de uma sociedade menos desigual social e regionalmente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho : o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80** (2º ed.). Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1992.
- BALTAR, P. E. de Andrade et alli. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. E. B. de e MATTOSO, J. E. L. **Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.
- BALTAR, Paulo E. de A. e PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C. E. B. de e MATTOSO, J. E. L. **Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.
- BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2006, 2v.
- BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e os demais BRICs: comércio e política**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.
- BELLUZO, L. G. & ALMEIDA, Júlio Gomes de. O mergulho da indústria. **Carta Capital**, 22.06.2011. Disponível em www.cartacapital.com.br.
- BELLUZO, L. G. & ALMEIDA, Júlio Gomes de. Como recuperar o vigor. **Carta Capital**, 07.03.2012. Disponível em www.cartacapital.com.br.
- BONELLI, R. & RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. In: **Revista de Economia Política**, volume 13, nº 02, abril/junho de 1993. Pgs. 76-97.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desindustrialização e doença holandesa**. Folha de S. Paulo, 09.04.07. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2307>. Último acesso em: 2/Jun, 2011.
- _____. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 28, nº 1 (109), pp. 47-71, January-March/2008.
- CARLEIAL, Liana M. Flexibilidade Externa da Firma e seus Efeitos Sobre a Organização da Produção e Mercado de Trabalho: Um estudo de caso na Indústria eletroeletrônica em Curitiba. In: REIS, Elisa et alii (org.). **Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa. Ciências Sociais Hoje**, 1995. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1995.
- CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.
- CASTRO, A. Barros de & SOUZA, F. E. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CORIAT, B. & SABÓIA, J. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. In: **Ensaio FEE** nº 9(2). Porto Alegre (RS): FEE, 1988. Pgs. 3-45.
- DIEESE, CNM/CUT. **Diagnóstico do complexo metal-mecânico brasileiro**. São Paulo: DIEESE, 1998.

DRUCK, M. da Graça. A “cultura da qualidade” nos anos 90: o caso da indústria petroquímica da Bahia. **XIX Encontro da ANPOCS**, Caxambu, 17-21 de outubro de 1995. (mimeo.).

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

MATOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995 (a).

_____. Globalização, Concorrência e Trabalho. Campinas, SP: **Cadernos do CESIT (Texto para Discussão nº 17)**, 1995 (b).

_____. O Brasil Herdado. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Org.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boi Tempo, 2010.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**, v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/DIFEL, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1987 (5ª ed.).

_____. **Crítica à razão dualista**. Petropolis: Vozes, 1988 (a).

_____. A formação do anti-valor. In: **Novos Estudos CEBRAP nº 22**. São Paulo: CEBRAP, 1988 (b).

OLIVEIRA, I. T. M.; LEÃO, R. P. F. e CHERNAVSKY, E. A inserção no comércio internacional do Brasil, da Índia e da China (BIC): notas acerca do comércio exterior e política comercial. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e os demais BRICs: comércio e política**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

POCHMAN, M. Desestruturação do mercado de trabalho. In: **Teoria e Debate**, ano 11, nº 37. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Pgs. 46-48.

RUAS, Roberto. Reestruturação Sócio-econômica, Adaptação das Empresas e Gestão do Trabalho. In: GITAHY, Leda (Org.) **Reestructuracion Productiva, trabajo y educacion en América Latina**. São Paulo: CIID-CENEP, 1993.

SABOIA, João. **A questão salarial**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SINGER, Paul. **A Crise do Milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TAVARES, Maria da Conceição. **Desenvolvimento e Igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. SICSÚ, João; DOUGLAS, Portari (Orgs.). Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

TRINDADE, J. R. B. **A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte**. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 171 p.